

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Coca-Cola Europacific Partners decidiu avançar com um despedimento coletivo de 48 trabalhadores, nas áreas comercial, finanças e tecnologias de informação. Segundo a informação que obtivemos a área das finanças será deslocalizada para a Bulgária, parte da área comercial será entregue a revendedores e parte do serviço de informática será deslocalizado para fora do país.

A empresa justifica esta decisão com a necessidade de assegurar a sustentabilidade e a competitividade a longo prazo, e a necessidade de se adaptar a mudanças de hábitos dos consumidores e à pressão resultante de novos intervenientes no mercado e à necessidade de se adaptar a mudanças da sociedade e ambiente.

Em comunicado o SINTAB refere que “não foram informados da relação nominal dos Trabalhadores envolvidos, nem dos critérios de escolha”.

Esta decisão da administração da empresa contribui para a fragilização do aparelho produtivo e para a destruição da capacidade produtiva do País e atira para o desemprego quase meia centena de trabalhadores, agravando as suas condições de vida e das suas famílias.

Mais uma vez, o ambiente é instrumentalizado e utilizado como pretexto para a destruição de postos de trabalho e para a fragilização do setor produtivo no país. A empresa invoca também o falso argumento da sustentabilidade, quando em 2020 atribuiu um prémio aos trabalhadores, o que revela a sua capacidade para a manutenção dos 48 postos de trabalho.

Na verdade, a decisão de despedimento de 48 trabalhadores tem como objetivo maximizar os lucros desta empresa multinacional. com o objetivo de aumentar os lucros desta empresa multinacional.

O PCP entende que o Governo tem de intervir para salvaguardar os postos de trabalho dos 48 trabalhadores.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social e do Ministério da Economia e da Transição Digital, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que ações de fiscalização têm sido desenvolvidas pelo Governo para assegurar o cumprimento dos direitos dos Trabalhadores?
2. Que medidas pretende o Governo tomar para salvaguardar os 48 postos de trabalhos e evitar o despedimento dos trabalhadores?
3. Que diligências pretende o Governo tomar para proteger a capacidade produtiva do País?

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2021

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)